

O APOIO DE CHINA E RÚSSIA NA CONTRAMÃO DO ISOLAMENTO INTERNACIONAL DA VENEZUELA

CHINESE AND RUSSIAN SUPPORT ON THE OPPOSITE VIEW OF INTERNATIONAL ISOLATION OF VENEZUELA

*Por Luiz Gustavo de Araujo**

Resumo: O presente artigo busca analisar a atual situação da Venezuela no tabuleiro geopolítico das grandes potências, em razão da forte crise econômica, política e social que tem atingido o país e da importância geoestratégica que a região possui em termos energéticos. Diante disso, o foco deste trabalho será o de analisar o apoio da China e da Rússia ao governo Nicolás Maduro na contramão da ideia de isolamento internacional que se tem usado para descrever a situação da Venezuela. Nesse sentido, será utilizada a teoria do Poder Global, de Fiori (2008), para demonstrar que China e Rússia possuem interesses econômicos e geopolíticos em torno do petróleo venezuelano, exemplificados por diversos acordos que ilustram as relações desses dois países com Caracas. É por fim, será questionada a noção paradoxal de isolamento internacional da Venezuela, pois, ao mesmo tempo em que se tem a ideia de isolamento no âmbito ocidental, o país se coloca no centro dos interesses econômicos e geopolíticos das maiores potências mundiais, o que não a torna tão “isolada” quanto possa parecer.

Palavras-chave: Venezuela. Isolamento Internacional. Poder Global. China. Rússia.

Abstract: The main goal of this paper is to analyze the current situation of Venezuela in the geopolitical frame of the great powers, in the light of the strong economic, political and social crisis that has unsettled the country, as well as of the geostrategic importance of the region in terms of energy. Therefore, this article aims to scan and analyze the support of China and Russia to the Nicolás Maduro government, which goes against the idea of international isolation that has been used to describe the situation of Venezuela. In this sense, Fiori's theory of Global Power (2008) will be used to demonstrate that China and Russia own economic and geopolitical interests towards Venezuelan oil, exemplified by various agreements that illustrate the relations of these two countries with Caracas. And finally, the paradoxical notion of international isolation of Venezuela will be questioned, because, even though an idea of isolation in the western scope is spread, the country is placed at the center of the economic and geopolitical interests of the major world powers, which does not make Venezuela as “isolated” as it may seem.

Keywords: Venezuela. International Isolation. Global Power. China. Russia.

* Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Venezuela tem sido uma região de grande relevância no tabuleiro geopolítico das grandes potências mundiais, tornando-se objeto de grande debate nos fóruns internacionais e de frequente pauta nos veículos de comunicação. A conjuntura se dá em torno da forte crise que atinge o país no âmbito econômico, político e social, marcada pela condução contestada do governo de Nicolás Maduro e pela reação das grandes potências diante da instabilidade na região.

Neste ínterim, o quadro venezuelano tem sido amplamente associado a um processo de isolamento internacional¹, e em retaliação às ações de Nicolás Maduro, os Estados Unidos, juntamente com países latino-americanos e Estados-membros da União Europeia, passaram a articular medidas para pressionar o governo a recuar de suas práticas, principalmente após os eventos ocorridos em 2017, quando o judiciário assumiu as funções da Assembleia Nacional; e em 2018, diante da contestada reeleição de Maduro para mais seis anos de governo.

Torna-se necessário, contudo, entender a relação paradoxal entre os Estados Unidos e a Venezuela. Em termos econômicos, Washington se fez grande parceiro comercial de Caracas, tornando-se o maior importador do petróleo venezuelano, assim como o responsável pela maior fatia das importações da Venezuela. Por outro lado, acirrou-se a rivalidade entre os dois países no âmbito político e ideológico, sobretudo diante da retórica antiamericana e antiimperialista de Hugo Chávez e seu sucessor, Nicolás Maduro, que não se curvaram diante de pressões norte-americanas na Venezuela.

Diante disso, presume-se que haja interesse por parte dos Estados Unidos na reconfiguração política da Venezuela, de modo que uma nova liderança se alinhe aos interesses norte-americanos e estes possam ter acesso à região sem grandes barreiras políticas. A rápida aproximação entre Donald Trump e Juan Guaidó - opositor de Maduro autoproclamado presidente interino da Venezuela - serve de exemplo para tal análise.

Em direção oposta, países como China e Rússia formam base de apoio ao atual governo venezuelano, estreitando relações econômicas que envolvem empréstimos e investimentos em recursos energéticos; bem como relações militares, como a transferência de armamentos e aeronaves para Caracas. Sendo assim, o envolvimento das três grandes potências mundiais no entorno do país sul-americano lança luz sobre uma tensão geopolítica na região, contribuindo para que o tema e o objeto deste trabalho sejam sobre a Venezuela inserida no tabuleiro geopolítico das grandes potências mundiais.

Com isso, este estudo tem como objetivo entender melhor a crise venezuelana e os principais fatores externos e internacionais que contribuem tanto com as instabilidades internas quanto com o dito isolamento internacional da Venezuela. Nesse sentido, a pesquisa parte essencialmente de duas hipóteses. A primeira refuta a ideia neoliberal de que os interesses da China e da Rússia – incluindo os Estados Unidos - cumprem apenas

1 NEXO JORNAL. Por que a Venezuela está cada vez mais isolada na América do Sul. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2015/11/25/Por-que-a-Venezuela-est%C3%A1-cada-vez-mais-isolada-na-Am%C3%A9rica-do-Sul>. Acesso em: 03 dez. 2018

uma lógica de mercado sobre a Venezuela. Ou seja, busca-se demonstrar que há interesses geopolíticos estratégicos que coexistem com os interesses econômicos, principalmente no que se refere ao petróleo venezuelano e aos recursos naturais da América Latina.

A segunda hipótese questiona a ideia de isolamento internacional da Venezuela, pois, seguindo uma perspectiva ocidental, convencionou-se chamar de isolamento as medidas adotadas pelo grupo de países latino-americanos, tutelado pelos Estados Unidos, que restringiu suas relações com o país venezuelano, assim como os próprios Estados Unidos também aplicaram sanções diretas ao país. Entretanto, a Venezuela conta com o apoio das outras duas grandes potências mundiais, China e Rússia, as quais já reiteraram ações econômicas e militares em favor de Caracas. Isso faz com que a noção de isolamento se atenuem numa relação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que se tem a ideia de isolamento, a Venezuela se coloca no centro dos interesses econômicos e geopolíticos das grandes potências mundiais e de seus países vizinhos, em virtude da importância geoestratégica que a região possui.

Desta forma, o artigo se distribui em três seções. A primeira seção aborda a teoria do Poder Global, de José Luis Fiori, que busca demonstrar que os interesses expansivos das grandes potências estão, historicamente, associados ao acúmulo de poder para além da lógica de mercado e de acumulação capitalista. Com isso, torna-se possível entender que as ambições expansivas e imperialistas dos Estados se baseiam na coexistência entre poder e riqueza, ou seja, entre o político e o econômico, que serve de base teórica para analisar o tema deste trabalho.

A segunda seção parte de uma breve análise histórica da Venezuela, abarcando desde a ascensão de Hugo Chávez ao poder, em 1999, até o atual governo de Nicolás Maduro. A terceira e última seção analisa a importância do petróleo venezuelano e destaca as diversas relações da Venezuela com a China e a Rússia, que se estendem tanto em acordos comerciais, quanto em acordos políticos e militares.

No que diz respeito à metodologia, este artigo conta com uma ampla revisão bibliográfica – baseada em artigos acadêmicos e conteúdo jornalístico, principalmente por se tratar de um tema recente e que necessita de intenso debate e maior produção acadêmica. Por fim, trata-se do estudo de uma importante região que envolve, atualmente, não só a América Latina, mas movimentam o cenário geopolítico das grandes potências mundiais, e que, portanto, tem grande relevância para as relações internacionais.

1 TEORIA DO PODER GLOBAL E A GEOPOLÍTICA DAS GRANDES POTÊNCIAS

A principal corrente teórica escolhida para nortear e compreender as hipóteses deste trabalho é a teoria do Poder Global, de Fiori, a qual revisita séculos passados para contrapor teorias convencionais sobre a relação entre poder e riqueza; e traça tendências sobre a situação do sistema mundial moderno.

Em sua análise teórica, Fiori (2010) parte da premissa de que a necessidade de acumulação do lucro e de riqueza não pode ser explicada a partir do mercado mundial

ou do jogo de trocas, pois, ainda que os homens tivessem uma propensão natural para trocar, não existe um determinante intrínseco ao mercado que justifique a simples decisão de acumulação. Mesmo porque, o comércio sempre existiu em tempos distintos, e durante maior parte da história, se ateve naturalmente às necessidades imediatas, se expandindo de forma lenta e permanecendo em territórios pequenos e restritos.

Com isto, Fiori preconiza que existe uma precedência lógica do poder sobre a produção e a distribuição da riqueza, elemento observado já entre os séculos XI e XVII, e “mesmo depois da formação do modo de produção capitalista e da consolidação do processo de concentração e centralização privada do capital” (FIORI, 2010, p. 133), foi possível notar o crescente aumento do papel do poder político nas estratégias expansivas dos capitais nacionais.

Fiori entende que toda a relação de poder exerce pressão competitiva entre si, tendo em vista que o poder político é sempre desigual; e a guerra e seus preparativos são o instrumento em última instância para a conquista e acumulação de poder, bem como a defesa e preservação deste (FIORI, 2010, p. 134).

Adicionalmente, o autor parte do princípio de que o sistema mundial moderno é composto por Estados-economias nacionais que se formaram na Europa e se transformaram em máquinas de acumulação de riqueza, imbuídas de um caráter expansivo maior do que o presenciado ao longo do século XIII. Tais Estados foram resultado da acumulação de poder e riqueza promovida nos tempos que antecederam o século XVI, com a diferença de que, nesse novo sistema competitivo, “as unidades envolvidas eram Estados e economias, articulados em um mesmo bloco nacional e com as mesmas ambições expansivas e imperialistas com relação aos demais ‘Estados-economias nacionais’ do sistema” (FIORI, 2010, p. 140-141).

Neste contexto, o objetivo da conquista não era mais, obrigatoriamente, a ocupação territorial de um Estado, pois poderia apenas ser imposta a submissão econômica sobre aquele. Mas o artifício da conquista e a monopolização do poder político e econômico se sustentaram como trampolim para o novo sistema, dando vazio a um regime de produção capitalista que se internacionalizou juntamente com “Estados-impérios” globais (FIORI, 2010, p. 141).

Diante do exposto, Fiori analisa que, no século XXI, o sistema mundial moderno veio passando por grandes transformações estruturais e de longo prazo, dentre as quais foi possível notar a multiplicação do número de Estados nacionais independentes, que saltou de cerca de 60, em 1945, para quase 200 em 2007; o deslocamento do centro de acumulação capitalista mundial para a Ásia, formando um novo eixo sino-americano articulador da economia mundial; o novo sistema monetário internacional (“dólar-flexível”), o qual se universalizou com o fim da Guerra Fria e consagrou a expansão do poder norte-americano; e a forte tendência da nova geopolítica mundial envolvendo, pelo menos, duas potências - Estados Unidos e China, consideradas cada vez mais complementares para o contexto econômico e financeiro, e essenciais ao aparato expansivo da economia mundial (FIORI, 2010, p. 148).

No âmbito desta “nova geopolítica das nações”, cabe sublinhar, ainda, as

estratégias geopolíticas da Rússia a partir da posse de Vladimir Putin, no ano 2000, as quais deram início a uma imediata reconstrução do Estado russo, como também lançou apoio ao complexo militar-industrial e reaproximou-se de quase todos os aliados da antiga URSS, estabelecendo alianças estratégicas com China e Índia (FIORI, 2007, p. 101). Além disso, uma expansão econômica e militar possibilitou a reinserção da Rússia entre as grandes potências mundiais, elemento visível em sua crescente intervenção em conflitos da Ásia Central e do Oriente Médio, além de se colocar como grande fornecedora de “armamento e tecnologia militar para a China, a Índia, o Irã e vários outros países ao redor do mundo, incluindo recentemente a Argentina e a Venezuela” (FIORI, 2007, p. 101).

Sendo assim, busca-se analisar a Venezuela na rota das novas potências do século XXI, momento em que a Rússia retomou sua posição de grande potência mundial - “capaz de rivalizar a liderança global dos Estados Unidos” (FIORI, 2007, p. 105); e a China despontou como potência em ascensão, diante do crescente desenvolvimento econômico e de sua estratégia de expansão global.

1.2 A importância geopolítica da América Latina no projeto das grandes potências

O conceito de geopolítica compreende as ações estratégicas dos Estados diante da relação entre o espaço e o poder nacional ou regional, “em que as condições geográficas (espaço e posição) influenciam a política, a estratégia e as relações exteriores de um Estado” (RODRIGUES, 2015, p. 30).

Neste sentido, torna-se importante compreender a relevância geopolítica da América do Sul em um cenário de expansão das grandes potências, já que a região dispõe de localização e recursos estratégicos que aguçam interesses dos que estão na disputa por vantagens econômicas, e principalmente, pelo poder.

Três períodos são destacados no caso da geopolítica latino-americana: o primeiro se enquadra entre o início da colonização de Portugal e Espanha até o período das Independências nacionais; o segundo se estende da autoridade britânica na região a partir da 1ª Revolução Industrial até a Primeira Guerra Mundial; e o terceiro compreende desde a hegemonia dos Estados Unidos na região, iniciada com a Doutrina Monroe em 1823, até os dias atuais (RODRIGUES, 2015, p. 31-32).

Analisando a partir do terceiro período, o qual tem relevância direta neste trabalho, “os princípios da Doutrina Monroe salientam o início da projeção de poder dos Estados Unidos em sua área de influência direta, a América Latina” (TRIAS, 1969, p. 39 apud RODRIGUES, 2015, p. 33). Tem-se, então, que a política externa dos Estados Unidos para a América Latina se valeu do intervencionismo como forma de manutenção de seu *status quo* na região e de sua superioridade, desde o início do século XX, no âmbito econômico, ideológico e militar (RODRIGUES, 2015, p. 36).

Torna-se importante entender como América Latina continua sendo, do ponto de vista geoestratégico, uma região de grande relevância para os Estados Unidos. Sabe-se

que a região latino-americana dispõe de imensos recursos naturais, elemento de extrema importância no século XXI, onde a luta pela liderança mundial se baseia na criação de novas tecnologias e na capacidade de acesso aos recursos essenciais nos processos de produção. E “historicamente, as riquezas da América Latina foram fundamentais para a conversão dos Estados Unidos em hegemonia mundial” (RODRIGUES, 2015, p. 43).

Contudo, é preciso ressaltar as mudanças nas relações de poder do sistema mundial do século XXI, tomando ciência de que os projetos de expansão das novas potências estão cada vez mais pautados na disputa por novas fontes de recursos energéticos e minerais. Acredita-se, desta forma, que houve uma revalorização da América do Sul em meio à competição por recursos naturais estratégicos, dada à diversidade e à quantidade de tais recursos na região (RODRIGUES, 2015, p. 43-44).

Para compreender a estratégia geopolítica das grandes potências na América do Sul, cabe analisar que o processo de globalização na transição do século XX para o século XXI revela uma tendência de escassez dos recursos naturais. Diante disso, torna-se evidente a intenção dos Estados em garantir acesso privilegiado a territórios que dispõem destes recursos, conferindo relevância ao controle político que tais Estados passam a exercer sobre países produtores e detentores destas reservas (RODRIGUES, 2015, p. 50).

Neste ínterim, as políticas neoliberais de estabilização e ajuste estrutural imprimiram a ideia que as economias sul-americanas devessem mergulhar nos mercados mundiais, induzindo os governos da região a acelerarem a mercantilização dos bens naturais e se inserirem numa competição internacional despreocupada com os mecanismos de controle, com as tributações, com a proteção do meio-ambiente e de suas populações. Com isso, a América do Sul foi uma das regiões mais afetadas diante da liberalização e desregulamentação econômica do final do século XX (RODRIGUES, 2015, p. 51).

A partir disso, configurou-se um novo cenário internacional, como retrata Rodrigues (2015, p. 51) em:

No início do século XXI, um quadro internacional inédito pode ser delineado: declínio do poder relativo – mas não estrutural – dos Estados Unidos no sistema internacional; estagnação da Europa e Japão; recuperação do protagonismo da Rússia; crescente gravitação de países como Índia, África do Sul e Brasil; a exponencial ascensão econômica e política da China.

No entanto, a presença de novas potências buscando espaço nas relações com a região sul-americana acaba por despertar o incômodo dos Estados Unidos, ao temer a queda do poder de influência sobre a região e o acesso privilegiado a recursos fundamentais para a manutenção do projeto de expansão do poder norte-americano.

A China, por exemplo, já se coloca no século XXI como ator fundamental na geopolítica dos recursos naturais estratégicos da América do Sul, capaz de afetar significativamente no preço do petróleo, de outras commodities e de toda a variedade de mercadorias. Sabe-se que em poucos anos a China será a maior economia do mundo, porém com grandes déficits de alimentos, fontes energéticas, matérias primas e de água, o que justifica a crescente presença

do país na região sul-americana (RODRIGUES, 2015, p. 54).

Deste modo, a China planeja aumentar a sua capacidade de influência para projeção de poder nas áreas que lhes fornecem matérias-primas críticas, especialmente combustíveis fósseis e minerais estratégicos. Tal fato constituiria uma ameaça significativa para os interesses de segurança dos Estados Unidos, o que necessariamente engendrará uma corrida competitiva pelos recursos sul-americanos. (RODRIGUES, 2015, p. 56)

Neste contexto, a competição internacional pelos recursos naturais e o acesso às importantes reservas do mundo colocam a América do Sul no eixo da geopolítica mundial, onde pelo menos dois projetos são postos em choque: “a afirmação da soberania como base para o desenvolvimento nacional e a integração regional; e a reorganização dos interesses hegemônicos dos grandes centros de poder mundiais” (RODRIGUES, 2015, p. 56).

No que se refere ao caso específico da Venezuela, objeto de estudo deste trabalho, trata-se do país com as maiores reservas de petróleo provadas do mundo (RODRIGUES, 2015, p. 61), o suficiente para colocar a região no centro gravitacional da geopolítica mundial. Tais elementos contribuem para entender a presença chinesa e russa no estado venezuelano, cujas relações no âmbito econômico e político criam um ambiente de rivalidade com os Estados Unidos.

É neste contexto, portanto, que a teoria do Poder Global pode ser utilizada para explicar os interesses de China, Rússia e Estados Unidos sobre a região venezuelana, os quais vão além de uma lógica de mercado e passam por estratégias geopolíticas que assegurem seus poderes de influência, seja em termos econômicos, políticos ou militares, como será melhor detalhado na terceira seção deste artigo..

2 ABORDAGEM HISTÓRICA E O ISOLAMENTO INTERNACIONAL DA VENEZUELA

Entender as características que sugerem o atual isolamento internacional da Venezuela requer uma breve análise da história recente do país, abarcando desde a ascensão de Hugo Chávez ao poder, em 1999 - cujas propostas já estremeciam as relações mantidas com os Estados Unidos, até o atual governo de Nicolás Maduro.

Quando eleito, Chávez buscou com firmeza alterar a política petroleira venezuelana – o que “significava a revisão da *Apertura Petrolera*² e da prática dos convênios operativos por parte da *Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA)*³” (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 47).

2 La Apertura Petrolera se puede definir como la puesta en práctica por parte del gobierno nacional y PDVSA de una política que busca la participación de empresas privadas, nacionales y extranjeras, dentro de los procesos de: exploración, producción, almacenamiento, transporte, distribución y comercialización de los crudos livianos, medianos, pesados y extra pesados venezolanos (...). Dicho proceso abarca el período comprendido entre 1992 hasta 1999. (LÓPEZ, 2005, p. 45)

3 “Empresa estatal venezuelana responsável pela exploração, produção, fabricação, transporte e comercialização de hidrocarbonetos na Venezuela.” PDV BRASIL (Brasil). Petróleo da Venezuela S.A. (PDVSA). Disponível em: <http://pdvdo brasil.com.br/pdvsa/>. Acesso em: 05 mar. 2019.

Tais mudanças, apesar de em primeiro momento se valerem de um caráter nacionalista - não assumidamente antiamericanista, inevitavelmente foram encaradas como ameaça aos interesses dos Estados Unidos, afinal de contas, “qualquer projeto de desenvolvimento nacional dos países da América Latina, que procure alterar as relações entre os empresários locais e os norte-americanos, o papel das empresas transnacionais, ou a relação com as potências dominantes gera tensões políticas com o governo dos EUA” (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 37).

Dentro deste contexto, torna-se importante sublinhar que a tentativa de golpe sofrida por Chávez e o reconhecimento imediato por parte dos EUA e da Organização dos Estados Americanos (OEA) só elevaram o grau de instabilidade entre estes atores. Com isso, desde 2002 é proibida a entrada de membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA na Venezuela, pois os relatórios da organização mantêm o país venezuelano entre os países que promovem ameaça à liberdade de expressão (NEXO JORNAL, 2015).

O apoio americano ao golpe de abril de 2002 tornou patente a posição do governo dos EUA em relação ao governo Hugo Chávez e, a partir daí, as tensões apenas se elevaram tanto na retórica do presidente Chávez como no discurso do governo norte-americano atacando as ações do presidente venezuelano e tentando interferir na política interna da Venezuela. (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 47)

Um fato importante é que a questão do petróleo não se tornou um ponto de conflito entre os dois países, e apesar das ameaças, a Venezuela não deixou de exportar petróleo para os Estados Unidos. No entanto, apesar de não imprimir uma política clara de diminuição de exportações de petróleo para os norte-americanos, a Venezuela praticou a política de diversificação dos parceiros comerciais, permitindo uma pequena diminuição do peso dos Estados Unidos como principal comprador. Esta tendência já apontava, no longo prazo, para a China como o país que rivalizaria com o parceiro comercial tradicional da Venezuela (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 54).

Outro caso que refletiu essa tendência de diversificação, agora no âmbito militar, foi a suspensão do acordo de cooperação militar entre a Venezuela e os Estados Unidos, em 2005. Em substituição, foi fortalecida a cooperação militar com a Rússia, aumentando também a compra de equipamentos militares provenientes desse país. Tal aproximação viabilizou, em 2008, o primeiro exercício militar russo na região desde o final da Guerra Fria, o que para a Rússia significou “uma oportunidade tanto para incrementar os negócios da indústria bélica do país na região como para realizar uma demonstração de poder numa região tradicionalmente sob a influência dos EUA” (CARMO; PECEQUILO, 2016, p. 47).

Somado a este quadro, a Venezuela também teria que contar com outras redes de sustentação e apoios no âmbito internacional, sobretudo com seus vizinhos, o que ocorreu quando Chávez fez alianças com as diferentes experiências “progressistas” do continente latino-americano da década passada⁴.

4 Fuser (2018, p. 68) analisa sobre o “ciclo progressista” na América Latina, o qual define como “os diferentes governos de esquerda estabelecidos na região a partir da virada do milênio [que] deviam sua existência a uma ‘janela de oportunidade’ no sistema capitalista internacional.” FUSER, Igor. Conquistas e

Adicionalmente, mesmo com aplausos da América Latina para o projeto chavista de união e integração latino-americana, isso não eximiu Chávez da crítica internacional, principalmente da mídia norte-americana, que ressaltava o aumento e a consolidação sistemática de seu poder autoritário na Venezuela. Além disso, Chávez era acusado por seus críticos de anular liberdades civis e limitar a liberdade de expressão através da perseguição a órgãos de comunicação (PEREIRA, 2013, p. 19).

Após a eleição de 2012, quando Chávez vence Capriles com uma margem menor do que a margem das outras eleições, a conjuntura se torna ainda mais delicada com a morte de Chávez em 2013, vítima de complicações no tratamento de um câncer.

Com a morte do líder, o então Ministro das Relações Exteriores da Venezuela e Vice-Presidente, Nicolás Maduro, assumiu o papel de principal expoente do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) e disputou as eleições convocadas para ocupar o lugar de Chávez, morto antes de ser empossado para um novo mandato.

Quando Maduro assumiu o poder em 14 de abril de 2013, a Venezuela apresentava elevada tensão na disputa pelo comando do país. Isso pode ser observado no pleito acirrado que elegeu Maduro com 50,75% dos votos, contra 48,97% de Henrique Capriles. Neste contexto, não se podia afirmar que o chavismo era unanimidade na Venezuela, o que serviu de base para questionar a continuação do projeto socialista de Hugo Chávez e exigiu de Maduro a capacidade de dialogar com a oposição para não mergulhar na ingovernabilidade.

As chances de diálogo, no entanto, esvaíram-se diante do discurso do novo presidente, que diferia do tom conciliatório utilizado por Chávez, o que confirmou previsões de opositores de que seu governo usaria outros mecanismos para a manutenção do poder “em detrimento da ausência do carisma de Hugo Chávez” (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 10).

Muitos fatores estão por trás da crise contemporânea na Venezuela e grande parte se deve ao esgotamento do modelo econômico que foi adotado no país. Por ser extremamente dependente das exportações de petróleo, a Venezuela teve sua economia prejudicada quando o preço do barril começou a cair no mercado internacional, forçando o governo a apelar para um desequilíbrio fiscal a fim de manter políticas sociais de transferência de renda à população (G1, 2016).

Somado ao quadro de forte crise econômica, que aumentou o índice de pessoas vivendo na linha da pobreza, a Venezuela também tem sofrido com a crise no âmbito político, presente no constante embate entre o chavismo e a oposição. O aprofundamento da crise se deu com a perda do apoio parlamentar de Maduro nas eleições de 2015, fato que se somou ao episódio ocorrido em 2017, em que o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela assumiu as funções da Assembleia Nacional sob a alegação de que o Legislativo agiu em desacato à Constituição, por ter juramentado três deputados

fracassos dos governos progressistas: elementos para o balanço de um ciclo político que se recusa a morrer. *Revista de La Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea*, Córdoba, v. 5, n. 8, p. 68, jun-nov. 2018. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RIHALC/article/view/20460>. Acesso em: 24 fev. 2019.

acusados de fraude eleitoral (FOLHA, 2017). Apesar desses conflitos internos, Nicolás Maduro conseguiu se reeleger em 2018 para mais seis anos de mandato, cujo pleito foi marcado por “denúncias de fraude, tentativa de boicote da oposição, abstenção de 54% dos eleitores e falta de reconhecimento por grande parte da comunidade internacional” (G1, 2018).

Nesse sentido, torna-se importante compreender a narrativa que sugere o isolamento internacional da Venezuela. Dentre os elementos que podem sugerir tal afirmação, estão as duas suspensões sofridas pelo país do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A primeira suspensão ocorreu em 2016 sob alegação de que o país não cumpriu o acordo “de aderir a diversos compromissos jurídicos e internalizar em seu direito doméstico os tratados internacionais propostos pelo bloco” (NEXO JORNAL, 2016). E depois, em 2017, sofreu nova suspensão do MERCOSUL por conta de uma “ruptura da ordem democrática” no país, após a criação da Assembleia Constituinte da Venezuela.

Seguindo nessa direção, ainda no ano de 2017, houve a formação do chamado Grupo de Lima, um fórum de articulação política criado para acompanhar a situação na Venezuela (FOLHA, 2019). O grupo foi composto, inicialmente, por 12 países - Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru - e, em janeiro de 2018, Guiana e Santa Lúcia também se juntaram ao grupo (EL NACIONAL, 2018).

Tão logo o grupo se formou, foi emitida a Declaração de Lima, um documento que incluía: o não reconhecimento do grupo à Assembleia Nacional Constituinte; manifestação de repúdio à violência e uso da força; preocupação com a crise humanitária; apelo para o encerramento da transferência de armas à Venezuela. Além disso, dentre outras declarações, os países firmaram o compromisso em continuar acompanhando a situação venezuelana “até o pleno restabelecimento da democracia no país” (MRE, 2017).

Adicionalmente, o ano de 2018 continuou dando sinais de um crescente “isolamento” da Venezuela. Além do não reconhecimento da reeleição de Nicolás Maduro por grande parte da comunidade internacional, os Estados Unidos impuseram novas sanções econômicas ao país, proibindo os norte-americanos de negociarem títulos da dívida venezuelana (G1, 2018). No ano de 2017, o governo norte-americano já havia aplicado sanções de mesma natureza, além de ter proibido a compra de bônus da estatal petrolífera PDVSA (BBC BRASIL, 2017).

Cabe, ainda, mencionar que um dos principais episódios que marcou o aumento da crise política na região ocorreu em janeiro de 2019, quando Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional e líder da oposição ao chavismo, autoproclamou-se presidente interino da Venezuela. Tal ato foi reconhecido por diversos países, incluindo o Brasil, os Estados Unidos, países da União Europeia e os do Grupo de Lima; enquanto China, Rússia e outros doze países continuaram reconhecendo Maduro como presidente eleito democraticamente.

Identificados acima os fatores que sugerem um isolamento internacional da Venezuela, serão analisados na próxima seção elementos que vão de encontro a essa prerrogativa, dadas às relações que o país possui com a China e a Rússia, bem como

aos interesses que envolvem a maiores potências mundiais sobre a região sul-americana.

3 A QUESTÃO DO PETRÓLEO E O APOIO DE CHINA E RÚSSIA À VENEZUELA

Sabe-se que a Venezuela goza de grande potencial em recursos naturais, dispondo de grandes reservas de petróleo, assim como de gás natural e de minérios (ferro, ouro, bauxita e diamantes). Em 2016, o país detinha as maiores reservas provadas de petróleo do mundo, com aproximadamente 300 bilhões de barris, bem como reservas de gás natural que somavam 5,8 trilhões de metros cúbicos, transformando a Venezuela na maior reserva de hidrocarbonetos do globo. Além disso, o PIB do país atingiu pouco mais de US\$ 287 bilhões em 2016, o quarto maior PIB da América Latina (DELGADO et al, 2017, p. 10).

Neste íterim, diante dos elementos apresentados que evidenciam a perda do apoio regional que o país vem sofrendo, é preciso destacar que outros atores têm desempenhado papel fundamental na sustentação do regime de Maduro, como é o caso do apoio chinês e russo. Com isso, pretende-se analisar os principais aspectos nas relações da Venezuela com a China e a Rússia.

Iniciando pela China, segundo Barros e Pinto (2012, p. 103), a presença chinesa na Venezuela pode ser dividida em três fases: a de “gestação”, que se inicia em 1997 e é reestruturada entre 1999 e 2001; a de “incremento na incerteza”, compreendida entre 2002 e 2006; e a de “prioridade estratégica setorial”, que teria durado ao menos até o momento da publicação do artigo destes autores, em 2012 (BARROS; PINTO, 2012, p. 103).

A primeira fase se caracteriza pela chegada de Chávez ao governo, em 1999, que reestruturou a presença da China na região. Na fase de “incremento na incerteza”, consagrava-se o intercâmbio bilateral entre os dois países, que através do mecanismo de *project for resources*, estabelecia que a Venezuela aumentaria as exportações de petróleo para a China e, em troca, receberia a contribuição de US\$ 9 bilhões dos chineses para a construção de ferrovias no país. A incerteza adviria, contudo, da instabilidade política que acometeu a Venezuela entre 2001 e 2004 – diante das tentativas de golpe ao governo Chávez (BARROS; PINTO, 2012, p. 104-105).

Mesmo diante das incertezas, a China seguiu liberando linhas de crédito à Venezuela, articulando projetos e iniciativas que objetivassem acesso maior à fatia de petróleo. Em análise recente, constatou-se que Pequim concedeu à Caracas empréstimos que somaram 62,2 bilhões de dólares entre 2005 e 2016, tornando-se a principal credora de um país sem acesso ao mercado financeiro internacional (EL PAIS, 2018).

Importante ressaltar, ainda, que em agosto de 2017 foi realizada em Caracas a 5ª China-Venezuela High Level Joint Commission, um encontro na busca de avaliar estratégias de desenvolvimento para ambos os países. Adicionalmente, a China manifestou interesse na reativação de aproximadamente 800 poços no Cinturão de Orinoco, juntamente com a PDVSA, que renderia 42 mil barris de petróleo por dia à produção da Venezuela (DELGADO et al, 2017, p. 10).

Ante o exposto, compreende-se que o grande elo que vincula Venezuela e China são as reservas de petróleo venezuelanas. Contudo, este artigo busca confirmar que tais relações não se restringem à ordem meramente econômica e mercadológica, mas que também partem da estratégia geopolítica de se estabelecer na região e garantir acesso privilegiado aos recursos mencionados. Conforme analisado no primeiro capítulo, Fiori sustenta que a origem histórica do capital não decorre do mercado mundial ou do jogo das trocas, mas da ânsia pela acumulação do poder, pela expansão dos poderes vitoriosos.

Seguindo esta lógica, entende-se que a China, cada vez mais, tem despontado como potência que visa aumentar sua capacidade de influência sobre áreas ricas em matérias-primas, especialmente combustíveis fósseis e minerais – recursos escassos e indispensáveis ao crescimento econômico e à expansão do poder chinês. Neste sentido, tais recursos se tornam objeto de disputa política, pois, como bem argumenta Senhoras e Neto (2009, p. 24), “um recurso natural torna-se estratégico quando ele é escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento.” Além disso, “os hidrocarbonetos (..), pelo papel ímpar que possuem no desenvolvimento do capitalismo e por sua distribuição geográfica foram transformados, em determinados momentos da história mundial, em arma política” (SENHORAS E NETO, 2009, p. 24).

Dessa forma, existe um fator geopolítico na presença da China em território venezuelano e, em geral, na América Latina. A formação de parcerias estratégicas em áreas de influência tradicional dos Estados Unidos acaba se tornando uma contestação à hegemonia não-compartilhada de Washington no continente americano.

Sem desconsiderar a última análise, é preciso reconhecer, contudo, que o papel de contrabalançar a influência dos Estados Unidos na região sul-americana está mais associado à Rússia do que à China. Sabe-se que Moscou tem se apresentado como um garantidor da ordem na Venezuela, onde as concessões de crédito em troca de ativos de petróleo aproximam cada vez mais a estatal venezuelana PDVSA e a estatal russa, Rosneft. A Rússia e a Rosneft já transferiram para a Venezuela cerca de US\$ 17 bilhões em empréstimos e linhas de crédito, entre 2006 e 2017 (DELGADO et al, 2017, p. 10).

Outro ponto relevante é o fato de que a Rosneft tem se colocado como intermediária na venda do petróleo venezuelano, revendendo 225 mil barris diários e representando 13% das exportações totais da russa, que servem como pagamento da dívida venezuelana referente aos empréstimos recebidos de Moscou. Além disso, foi assinado em 2016 um projeto de extração, processamento e venda do gás natural das regiões de Patao, Mejillones e Campos do Rio Caribe, onde também surgiram acordos para possível criação de uma empresa conjunta de gás natural entre os dois países (DELGADO et al, 2017, p. 10).

Apesar das relações econômicas que envolvem a Venezuela e os interesses russos em garantir espaço numa região que é fonte de recursos naturais, é preciso destacar a forte cooperação técnico-militar que existe entre Moscou e Caracas. No período de 2003 a 2007, a Rússia foi responsável por 93% do fornecimento de armas para a Venezuela, elevando o país da 56ª para 24ª posição de maior importador de equipamentos bélicos. Este fator também contribuiu para que as exportações russas subissem de US\$ 18 milhões, em 1998, para a marca de US\$ 403 milhões em 2007, colocando a Venezuela na terceira posição

de mercado para as exportações russas, atrás da China e da Índia. (BARROS; PINTO, 2012, p. 107)

Barros e Pinto (2012) revelam que em dado momento, mais especificamente em meados de 2008, as relações entre os dois países superaram a ordem comercial de compra e venda de armas. Com a aproximação mais consolidada, “os venezuelanos puderam usar a Rússia para modernizar seu arsenal e os russos puderam usar a Venezuela como plataforma de provocação aos Estados Unidos quando necessário” (BARROS; PINTO, 2012, p. 107).

Em episódio mais recente, foi anunciado pela exportadora estatal de armas Rosoboronexport, em 2018, a abertura de uma fábrica de fuzis Kalashnikov na capital venezuelana. Já em dezembro daquele mesmo ano, a Rússia também enviou para a Venezuela dois bombardeios com capacidade nuclear para exercício militar conjunto entre os dois países, acompanhado de um avião cargueiro Na-124 e um avião de passageiro II-62 (G1, 2018).

Ante o exposto, torna-se aplicável a teoria do Poder Global para explicar que os interesses russos vão além da ordem meramente econômica que envolve o potencial energético da Venezuela. Como registrado na primeira seção deste artigo, Fiori fundamenta que todos os poderes soberanos são e sempre serão expansivos, buscando, em última instância, a garantia de um poder cada vez mais global, ou seja, um poder político - sem desconsiderar os anseios econômicos que advém da busca pela acumulação de riquezas.

CONCLUSÃO

Mais do que abordar o contexto de forte crise que a Venezuela tem enfrentado internamente, o presente trabalho buscou analisar o envolvimento das grandes potências mundiais naquele país, sobretudo os interesses que motivaram as sanções promovidas pelos EUA e o apoio chinês e russo na contramão das retaliações internacionais.

Além dos fatores internos que envolvem a crise econômica, política e social da Venezuela, a pesquisa buscou se aprofundar nos fatores externos que também influenciam na situação de crise que acomete o país. Para isso, foi utilizada a teoria do Poder Global, que ressalta o tabuleiro geopolítico global e a influência das grandes potências mundiais em regiões que possam garantir seus interesses.

A partir desse marco teórico, a pesquisa estabeleceu duas hipóteses. A primeira hipótese reflete que os interesses dessas potências vão além de uma simples lógica de mercado, pois, somados ao âmbito econômico, existem claros interesses no âmbito geopolítico – a exemplo das investidas chinesas e russas, que vão desde investimentos em recursos energéticos à transferência de arsenal militar à Caracas. Sendo assim, considera-se comprovada a primeira hipótese que, à luz da teoria do Poder Global e dos elementos identificados nesta pesquisa, ressalta a correlação entre os interesses econômicos e geopolíticos das grandes potências mundiais sobre a Venezuela.

Em relação à segunda hipótese, que trata sobre o “isolamento internacional” da Venezuela, esse artigo obteve comprovação apenas parcial, uma vez que ao longo desse

processo, a Venezuela se aproximou de outras potências internacionais, como Rússia e China, através de relações de cooperação tanto no âmbito econômico quanto no âmbito político e militar. Em outros termos, diversos fatores sugerem que a Venezuela enfrenta um processo de isolamento, dadas as sanções aplicadas pelos Estados Unidos com o apoio da maioria dos países latino-americanos e de países da União Europeia. Diante disso, sob uma perspectiva ocidental, pode-se afirmar que a Venezuela, de fato, vem sofrendo isolamento político e econômico por parte dos países mencionados. No entanto, o país sul-americano recebe forte apoio da China e da Rússia, além de ser uma das regiões de maior relevância para o cenário geopolítico das grandes potências mundiais. Sendo assim, tem-se um paradoxo por trás da noção de isolamento da Venezuela, pois é contestável ter como isolada aquela que é o próprio objeto de disputas e interesses internacionais.

Cabe destacar, ainda, a estratégia de acumulação de poder dos Estados russo e chinês, uma vez que, mesmo com a possibilidade de os investimentos em território venezuelano não gerarem lucro, ambos seguem com promessas de apoio político, econômico e militar à região.

Diante dos novos acontecimentos, torna-se possível afirmar que muitas análises ainda poderão ser realizadas ou continuadas a partir deste trabalho. A iminente ameaça de golpe de Estado; a autoproclamação de Guaidó; a repressão aos protestos; a censura dos meios de comunicação; o desejo de intervenção dos Estados Unidos; as acusações de crime contra a humanidade; a articulação entre os países do Grupo de Lima; as transferências de armamentos russos a Caracas e os discursos chinês e russo de apoio à Venezuela compõem alguns dos vários elementos que, certamente, serão objetos de análises futuras.

Em conclusão, a temática se revela de suma importância para o contexto latino-americano e para o estudo das Relações Internacionais, dado o impacto transfronteiriço com que se tem projetado. Este artigo buscou trazer, sem esgotar o arcabouço teórico e analítico sobre o tema, dados e perspectivas de um quadro que desperta preocupação internacional e que ainda não apresentou sinais claros de quando e qual será o desfecho. Até que isso aconteça, cabe à comunidade internacional zelar, minimamente, pela garantia dos princípios democráticos que envolvem os países na instabilidade da região.

REFERÊNCIAS

BARROS, Pedro Silva; PINTO, Luiz Fernando Sanná. A Presença dos Países do Brics na Venezuela. **Boletim de Economia e Política Internacional**: IPEA, Brasília, v. 1, n. 9, p.101-115, jan. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13601&Itemid=4. Acesso em: 08 mar. 2019.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em Crise: O Que Mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**, Lima, n. 52, v. 1, p. 1-16, 01 abr. 2018. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

BBC BRASIL. **Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?**. Caracas, 26 ago. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração de Lima**. 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Acesso em: 05 mar. 2019.

DELGADO, Fernanda *et al.* **Precisamos Falar Sobre a Venezuela: Impactos Petropolíticos e Reflexos para o Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Energia, 2017. p. 4-5. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19483/Coluna%20Opinio_Dezembro-Venezuela_FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 mar. 2019.

EL NACIONAL. **Perú convoca al Grupo de Lima para analizar elecciones en Venezuela**. 08 fev. 2018. Disponível em: http://www.el-nacional.com/noticias/mundo/peru-convoca-grupo-lima-para-analizar-elecciones-venezuela_222480. Acesso em: 05 mar. 2019.

EL PAIS (Pequim). **China fecha a torneira do crédito à Venezuela**. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/02/internacional/1525228067_970906.html. Acesso em: 09 mar. 2019.

FIORI, José Luís da Costa. Prefácio ao Poder Global. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p.131-149, abril. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/rtm/100923_rtm_port02.pdf. Acesso em: 11 fev. 2019.

FIORI, José Luis da Costa. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.77-106, 2007. Semestral. Disponível em: <http://revista.oikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6>. Acesso em: 12 fev. 2019

FOLHA DE S. PAULO. **Suprema Corte da Venezuela do assume as funções Legislativo**. São Paulo, 30 mar. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1871141-supremo-corte-da-venezuela-assume-as-funcoes-do-parlamento.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **O que é o Grupo de Lima, que reúne 14 países para discutir a crise na Venezuela**. São Paulo, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/o-que-e-o-grupo-de-lima-que-reune-14-paises-para-discutir-a-crise-na-venezuela.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2019.

G1. **Maduro vence eleição na Venezuela marcada por denúncias de fraude, boicote da oposição e alta abstenção.** 20 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/maduro-e-reeleito-presidente-da-venezuela-diz-conselho-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 03 mar. 2019.

G1. **Venezuela: veja perguntas e respostas para entender a crise.** 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/venezuela-veja-perguntas-e-respostas-para-entender-crise.html>. Acesso em: 28 fev. 2018.

G1. **Após reeleição de Maduro, EUA impõem novas sanções econômicas à Venezuela.** 21 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/apos-reeleicao-de-maduro-eua-impoem-novas-sancoes-economicas-a-venezuela.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2019.

LÓPES, Jesús Francisco Rodríguez. **La Apertura Petrolera en Venezuela (1992-1999)**. 2005. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Escuela de Historia, Universidad de Los Andes, Mérida, 2005. Disponível em: http://bdigital.ula.ve/storage/pdf tesis/pregrado/tde_arquivos/5/TDE-2006-07-06T12:58:17Z-153/Publico/Jesus%20Francisco%20Rodriguez%20L.pdf. Acesso em: 08 dez. 2020.

NEXO JORNAL. **Venezuela é suspensa do Mercosul. Qual a importância prática e a simbólica do ato.** Sp, 02 dez. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/02/Venezuela-é-suspensa-do-Mercosul.-Qual-a-importância-prática-e-a-simbólica-do-ato>. Acesso em: 03 mar. 2019.

NEXO JORNAL. **Por que a Venezuela está cada vez mais isolada na América do Sul.** Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2015/11/25/Por-que-a-Venezuela-está-cada-vez-mais-isolada-na-América-do-Sul>. Acesso em: 03 dez.2018

SENHORAS, Elói Martins; NETO, Ricardo Borges Gama. **Petróleo como arma de poder: Uma contextualização da petrodiplomacia venezuelana nas relações internacionais.** *Meridiano 47*, Brasília, v. 1, n. 105, p.24-26, abr. 2009. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org/?p=2116>. Acesso em: 09 mar. 2019.